

## PERCURSOS DA HISTÓRIA INSCRITOS EM *MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS*

Luís André Gonçalves Werlang<sup>1</sup>  
Juracy Ignez Assmann Saraiva<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como tema a relação da ficção de Machado de Assis com o contexto sócio-histórico do Rio de Janeiro, do século XIX, tendo o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* por base. Por meio de passagens no texto, nas quais o autor menciona aspectos e eventos históricos e político-sociais, analisa-se a vida da personagem principal. Toma-se como ponto de partida a *teoria das edições humanas* de Brás Cubas, para, em seguida, delinear e selecionar os acontecimentos históricos a serem analisados. Em estudo de Regina Zilberman, verificou-se que a vida de Brás Cubas e suas edições coincidem com alguns dos percursos mais importantes da história do Brasil, no século XIX. Portanto, o artigo busca ressaltar a importância da articulação do estudo da literatura com a história, para que as significações da narrativa e a compreensão de seus sentidos possam ser melhor apreendidas pelo leitor.

**Palavras-chave:** Literatura brasileira. Interdisciplinaridade. Machado de Assis. Cultura brasileira.

### 1 INTRODUÇÃO

A literatura, como recriação da realidade por meio da fantasia, traz aspectos da vida real com os quais o leitor pode se identificar, a partir de sua experiência de mundo, assim como eventos e momentos históricos revisitados pela escrita do autor e vivenciados pelas personagens, que apresentam ao leitor evidências de uma época passada.

A narrativa ficcional de Machado de Assis é permeada de menções de caráter historicista que funcionam, muitas vezes, como pano de fundo para o desenrolar da história. É a partir delas,

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Letras na Universidade Feevale, bolsista de Iniciação Científica PROBITI/Fapergs.

<sup>2</sup> Orientadora deste trabalho: graduada em Letras pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Doutora em Teoria Literária pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1990). Realizou Pós-Doutorado em Teoria Literária pela Universidade Estadual de Campinas (2000). É professora e pesquisadora na Universidade Feevale.

também, que podemos entender certos aspectos da realidade da época vivida pelo escritor, ou mesmo próxima a ele. Dessa forma, é importante lembrar que a literatura pode servir, também, como fonte de investigação histórica.

O trabalho de pesquisa, exposto neste artigo, busca analisar referências históricas, presentes no romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, para investigar de que forma elas interferem no desenrolar da diegese e na construção das personagens e como presentificam elementos sócio-históricos do século XIX. Essas referências são um artifício do autor para atribuir verossimilhança aos acontecimentos narrados pelo protagonista - a vida de Brás Cubas, cuja "trajetória existencial (...) coincide com a história do Brasil" (ZILBERMAN, p. 43) - e também para introduzir uma avaliação sobre a realidade.

Entre os eventos e aspectos da sociedade brasileira, citam-se a queda de Napoleão Bonaparte e as consequências desta no Brasil, visto que a família real portuguesa fugiu para o Rio de Janeiro, devido à invasão napoleônica em Portugal, em 1807; a ideologia de superioridade da classe senhorial e seu poder sobre o restante da sociedade; o problema da escravidão; a independência do Brasil e o período das Regências, após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, assim como o Segundo Reinado; a epidemia de febre amarela que atingiu o país em 1850; o manifesto republicano de 1870 e a lei do Ventre Livre, em 1871.

Vale ressaltar que os eventos analisados a seguir não abrangem todos os acontecimentos e fatos históricos mencionados ou aludidos pelo autor. Foram escolhidos aqueles que possuem maior representatividade no decorrer da diegese e que acompanham os estágios da vida do protagonista. Para tanto, primeiramente, estabelece-se a correlação da teoria das edições humanas de Brás Cubas com a vida da personagem e com os períodos históricos, para, logo em seguida, fazer uma breve análise desses momentos.

## 2 EDIÇÕES HUMANAS

O leitor percebe a narrativa de *Memórias Póstumas* a partir da visão de mundo de Brás Cubas, a qual se sobrepõe aos eventos narrados, ainda que a eles acrescente a sinceridade de um defunto. Essa afirmativa pode ser explicitada por evidências do próprio texto machadiano, em que

o processo de narração torna o narrador propenso a tal comportamento. No capítulo XXVII, ele expõe o poder da memória e explicita sua teoria das *edições humanas*:

Mas é isso mesmo que nos faz senhores da terra, é esse poder de restaurar o passado, para tocar a instabilidade das nossas impressões e a vaidade dos nossos afetos. Deixa lá dizer Pascal que o homem é um caniço pensante. Não; é uma **errata pensante**, isso sim. Cada estação da vida é uma edição, que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva, que o editor dá de graça aos vermes. (MPBC, cap. XXVII, grifo meu)

A edição definitiva, pois, é a que é apresentada ao narratário: o livro de memórias póstumas - ideias, pensamentos e fatos que estão, literalmente, à mercê dos vermes. Se a narrativa é a edição definitiva da vida de Cubas, a sua estação final, ele, certamente, esteve estacionado em outras estações, as quais são perpassadas por acontecimentos históricos. Constata-se, assim, que, se a história de vida de Brás for analisada cronologicamente, e não como é relatada, é possível identificar as edições por que ela passa, ainda que essas não sejam explicitadas pelo narrador. A pista para isso encontra-se no capítulo XXXVIII, *A quarta edição*, em que o título salienta a ideia da progressiva “impressão” de etapas da vida.

A primeira edição da vida do protagonista pode ser entendida como a que abrange seu nascimento, em 1805, quando da “árvore dos Cubas brotou uma graciosa flor” (MPBC, cap. X), e seus anos iniciais. Já a segunda edição inicia no capítulo XII, *Um episódio de 1814*, no qual Brás narra o banquete realizado por sua família, em comemoração à queda de Napoleão Bonaparte, e o beijo entre o glosador Vilaça e dona Eusébia, que o “menino diabo” relata aos convivas. A exposição do ato do casal é exemplo de uma das traquinagens do menino e aspecto representativo de sua *infância*, em que nunca era repreendido pelo pai. A terceira edição da vida de Brás tem início quando de seu encontro e paixão por Marcela, aos 17 anos, e se estende por toda sua permanência na Europa e subsequente retorno ao Brasil, quase uma década depois. Aqui, em 1822, D. Pedro I acabara de declarar a independência do Brasil.

No capítulo XXXVIII, anteriormente citado, Brás diz que está em sua quarta edição de vida - e podem-se traçar as edições antecedentes por meio dessa afirmativa - e relata seu reencontro com Marcela, em torno de 1832. Nesta passagem, há um claro exemplo da dupla perspectiva da *errata*

*pensante*, à qual o narrador se refere. Quando o personagem reencontra sua antiga paixão, tem uma visão diferente dela, o que lhe possibilita reavaliar seu “eu” de 1822, período da proclamação da independência brasileira, a partir do momento das Regências, em torno de 1832, pois seu retorno ocorre logo depois da abdicação de D. Pedro I ao trono. Em contrapartida, a narração é dada pelo Brás Cubas defunto, após 1869, trazendo uma visão pós-morte que se sobrepõe às de 1822 e 1832.

É nesta quarta edição que Brás tem uma breve relação amorosa com Eugênia, filha de dona Eusébia, e conhece Virgília, com quem espera casar-se. Os dois, no entanto, não desenvolvem uma relação, pois Virgília se casa com outro homem, com maiores prospecções à carreira política, Lobo Neves. Os anos passam até à quinta edição de Cubas, em 1842, quando este reencontra Virgília, por quem se apaixona e se relaciona em uma ardente paixão que, anos antes, ambos não haviam sentido. Isso pode comprovar mais uma vez a reavaliação da “errata pensante” em relação às suas edições, já que a paixão, inexistente na quarta edição, torna-se presente na quinta.

Brás e Virgília, depois de alguns anos juntos, acabam por se separar, quando Lobo Neves consegue definitivamente um lugar como presidente de província, fator que é favorecido “pelo cansaço e desinteresse por parte dos amantes” (ZILBERMAN, 2012, p. 47). No entanto, Brás, que já havia conhecido Nhã-loló, sobrinha de Cotrim, por intermédio de sua irmã Sabina, decide-se casar com a moça. Infelizmente, ocorre a primeira epidemia de febre amarela no Brasil, sendo Nhã-loló uma de suas vítimas, deixando Brás Cubas viúvo de afetos. Aqui tem início a sexta edição, que toma forma em 1855, quando Brás, com cinquenta anos, reencontra Virgília. É neste momento, após o reencontro, que ele avalia seus anos de juventude e sente o peso dos anos nas costas:

Cinquenta anos! Não era preciso confessá-lo. Já se vai sentindo que o meu estilo não é tão lesto como nos primeiros dias. (...) Voltei à sala, lembrou-me dançar uma polca, embriagar-me das luzes, das flores, dos cristais, dos olhos bonitos, e do burburinho surdo e ligeiro das conversas particulares. E não me arrependo; remocei. Mas, meia hora depois, quando me retirei do baile, às quatro da manhã, o que é que fui achar no fundo do carro? Os meus cinquenta anos. Lá estavam cochilando a sua fadiga, um pouco cobiçosos de cama e de repouso. Então - e vejam até que ponto pode ir a imaginação de um homem, com sono -, então pareceu-me ouvir de um morcego encarapitado no tejadilho: “Senhor Brás Cubas, a rejuvenescência estava na sala, nos cristais, nas luzes, nas sedas, enfim, nos outros. (MPBC, cap. CXXXIV)

No entanto, com o auxílio de seu antigo amigo e filósofo Quincas Borba, ele decide dedicar-se a conseguir reconhecimento na política e quando este lhe é negado, passa para o lado da oposição, fundando seu próprio jornal. Tudo isso acompanhado pela filosofia do Humanitismo, emprestada do amigo. Os momentos derradeiros desta edição situam-se nos momentos finais da vida de Brás, quando ele questiona os ensinamentos de Quincas Borba, ao perceber sinais de sua demência.

Por fim, deparamo-nos com a última e definitiva edição de Brás Cubas - sua morte, em 1869. É por ela que ele pode, então, mostrar-se crítico a tudo que ocorrera em sua vida, sem tornar-se vítima da opinião e do julgamento alheio.

Talvez espante ao leitor a franqueza com que lhe exponho e realço a minha mediocridade; advirta que a franqueza é a primeira virtude de um defunto. Na vida, o olhar da opinião, o contraste dos interesses, a luta das cobiças obrigam a gente a calar os trapos velhos, a disfarçar os rasgões e os remendos, a não estender ao mundo as revelações que faz à consciência (...). Mas, na morte, que diferença! Que desabafo! Que liberdade! Como a gente pode sacudir fora a capa, deitar ao fosso as lentejoulas, despregar-se, despintar-se, desafeitar-se, confessar lisamente o que foi e o que deixou de ser! (*MPBC*, cap. XXIV)

A seguir, exponho uma breve tabela contendo as erratas de Brás Cubas e os momentos referentes a cada uma delas.

Edição	Narrativa	Contexto histórico
1ª	Nascimento, 1805.	Brasil colônia; família real chega em 1808.
2ª	Infância e Adolescência, de 1806 a 1814.	Queda de Napoleão Bonaparte. (1814)
3ª	Primeira paixão (Marcela), 1822	Independência do Brasil.
4ª	Volta ao Brasil, depois de uma década de estudos na Europa, (em torno de) 1832.	Regências.
5ª	Reencontro com Virgília e relação amorosa entre dois, iniciada em 1842 Brás com 37 anos	Segundo Reinado.
6ª	Noivado e morte de Eulália. - Reencontro com Virgília, aos 50 anos de Brás. 1855. Aparecimento, na narrativa, do Humanitismo.	Primeira entrada da febre amarela.
7ª	Morte de Brás Cubas, 1869.	Manifesto republicano, 1870; lei do Ventre Livre, 1871.

## 2. OS PERCURSOS SÓCIO-HISTÓRICOS

A divisão em edições, explicitada anteriormente, e seus referentes períodos históricos comprova que a vida de Cubas é organizada por meio da malha da história (Zilberman, 2012). Os eventos históricos, portanto, vistos como estágios da história do Brasil, acabam por determinar, também, os estágios da vida da personagem. Dessa forma, concomitantemente a eles, podem ser analisadas as manifestações ideológicas, produzidas e sustentadas pela classe dominante, da qual a personagem principal faz parte.

A narração de *Memórias Póstumas*, como explicitada no próprio título da obra, dá-se pelo protagonista, Brás Cubas. A visão que o leitor tem sobre sua vida é, portanto, orientada pelo duplo ponto de vista expresso na narrativa: o do autor-defunto e o do personagem no período narrado. Brás reflete sobre os momentos do seu passado com o olhar do presente, pelo qual, muito provavelmente, descarta pensamentos que possa ter tido na época do evento narrado, sobrepondo

outros a estes. Uma evidência marcante dessa dupla visão no texto é a elucidação da teoria das edições humanas feita pelo narrador. Assim, a visão que é apresentada ao leitor é a da classe senhorial, em seu ápice, que corresponde, também, ao período mais efervescente da vida de Brás. No entanto, Brás distancia-se “sobremaneira dos símbolos e rituais da dominação senhorial”, mas não demonstra “qualquer inclinação para abordar as estruturas de poder que garantiam a reprodução de seus privilégios naquela sociedade” (CHALHOUB, 2013, p. 102).

A perspectiva da classe dominante já se expõe na forma como o pai do protagonista, Bento Cubas, se refere à genealogia da família. Ele negligencia sua origem na tanoaria e dá ênfase ao antepassado Luís Cubas, filho do tanoeiro Damião Cubas, que estudara em Coimbra, primara no Estado e fora “um dos amigos particulares do vice-rei conde da Cunha”, sendo, então, por ele que, segundo Brás Cubas, “verdadeiramente começa a série de meus avós - dos avós que minha família sempre *confessou*” (MPBC, cap. III, grifo nosso). Além disso, o sobrenome *Cubas* teria provido de um “cavaleiro, herói nas jornadas da África, em prêmio da façanha que praticou, arrebatando trezentas cubas aos mouros”. Percebe-se, então, as artimanhas usadas pelo pai de Brás Cubas para mascarar sua verdadeira origem, inventando uma descendência mais nobre, que o inclui na classe senhorial. De acordo com Zilberman, “os Cubas podem fabricar uma genealogia de finos fidalgos porque sua riqueza é real”, mas “o capital acumulado não basta para justificar a imagem desejada da família, que se atribui fumos aristocráticos” (ZILBERMAN, 2012, p. 44).

A preocupação em mostrar sua importância aos olhos do restante da sociedade é evidenciada, também, na insistência dos pais de Brás para que ele, quando garoto, decore e repita os nomes dos seus padrinhos, descendentes de “velhas famílias do Norte e (que) honravam deveras o sangue que lhes corria nas veias, outrora derramado na guerra contra Holanda”. Seus nomes são umas das primeiras coisas que o menino Cubas aprende a falar e “não havia pessoa estranha diante de quem me não obrigassem a recitá-los” (MPBC, cap. X). O velho Cubas é representado como uma personagem preocupada em mostrar e reafirmar a nobreza de sua família, assim como suas relações com outras famílias de classe elevada. Portanto, ao ver frustrado o casamento de Brás e Virgília e, com isso, a perda do cargo de deputado, que estaria assegurado ao filho caso a união se



estabelecesse, o velho Cubas sente-se frustrado em sua ambição, cuidadosamente arquitetada, de inserir-se na elite da sociedade carioca.

Virgília seria o meio para a conquista de duas marcas de status: o casamento e a vida política - os pilares para uma vida digna, visto que, para Bento Cubas "a noiva e o Parlamento são a mesma coisa" (*MPBC* cap. XXVIII), ou seja, o acordo matrimonial com a família de Virgília estabeleceria uma ligação com outra família rica, cuja influência política serviria como alavanca para o sucesso e o reconhecimento do nome Cubas.

Em outro momento, durante um almoço entre pai e filho, após a morte da mãe de Brás e durante a reclusão dele na Tijuca, Bento Cubas faz "recair a conversa na Regência", aludindo a uma carta de pêsames que recebera de um dos regentes. "Trazia a carta consigo, já bastante amarrotada, talvez por havê-la lido a muitas outras pessoas" (*MPBC*, cap. XXVI). Brás justifica o comportamento do pai, ao escrever: "creio haver dito que era um dos regentes". Portanto, pode-se identificar aqui, novamente, apesar das circunstâncias, a tendência de Bento Cubas a exibir sua conexão com nomes influentes da sociedade carioca.

Ao final de suas memórias, Brás conta que "a derradeira negativa" de sua vida foi não ter tido filhos e, portanto, não haver transmitido "a nenhuma criatura o legado da nossa miséria" (*MPBC*, cap. CLX). Sem herdeiros e malsucedido na política, Brás acaba com a linhagem dos Cubas, por cujo enaltecimento e brilho seu pai lutava.

Outra evidência da importância diante da opinião pública pode ser percebida no comportamento de Cotrim, que exhibe nos jornais suas boas façanhas e suposta nobreza de espírito, caso em que é repreendido por Brás: "Não era perfeito, decerto; tinha, por exemplo, o sestro de mandar para os jornais a notícia de um ou outro benefício que praticava - sestro repreensível ou não louvável, concordo" (*MPBC*, cap. CXXIII). Algum tempo depois, quando Brás oficializa sua ideia de fundar um jornal oposicionista, no qual imprimiria as ideias do Humanitismo, Cotrim expõe-se novamente, porém, agora, declarando que nada tem a ver com as ideias do cunhado e que, inclusive, é contrário a elas. Brás escreve que não entende a motivação de Cotrim ao fazer a declaração, se este, como diz, mostra-se imparcial em relação aos partidos. É, no entanto, o receio



de acabar vítima de maus olhares do governo que faz com que ele queira distanciar-se das publicações de Brás, pois procura manter uma boa imagem perante a classe dominante.

Outro exemplo desse comportamento pode ser percebido, também, a partir de uma das primeiras passagens, referentes ao processo histórico, que se dá na infância de Brás Cubas. O personagem, que nasce em 1805, poucos anos antes de a família real portuguesa desembarcar em terras brasileiras, fugindo das tropas napoleônicas prestes a invadir Portugal, vivencia a transição de um Brasil colonial, dependente da soberania situada no outro lado do Atlântico, para a construção de um país independente. Conseqüentemente, em *Memórias Póstumas*, Machado não somente se detém na história brasileira, mas também se refere a eventos na Europa, que desencadeiam conseqüências no andamento no país tropical, como a queda de Napoleão Bonaparte.

No capítulo XII, *Um episódio de 1814*, ao retratar o banquete organizado pelo pai de Cubas em comemoração à primeira derrota de Napoleão, percebe-se, ainda mais, a vontade dos Cubas de pertencer à classe mais abastada e de se tornarem visíveis a todos. Com a queda do imperador, a população “não regateou demonstrações de afeto à real família; houve iluminações, salvas, *Te Deum*, cortejo e aclamações”. Ele se refere a D. João VI e sua vinda ao Brasil, junto com a família e a maior parte da corte portuguesa, em decorrência da invasão francesa em Portugal e, portanto, a derrota do imperador francês deveria ser um momento para mostrar o apoio e, como o próprio narrador diz, o afeto à família real portuguesa. Dessa forma:

Não se contentou a minha família em ter um quinhão anônimo no regozijo público; entendeu oportuno e indispensável celebrar a destituição do imperador com um jantar, e tal jantar que o ruído das aclamações chegasse aos ouvidos de Sua Alteza, ou quando menos de seus ministros. (*MPBC*, cap. XII)

Para tanto, são convidadas personalidades importantes e influentes, formando uma “sociedade seleta”. Usam, então, a velha prataria, que pertencia ao avô de Brás, Luís Cubas, assim como outros utensílios de alto valor, para deslumbrar os convidados e tornar a noite e a ocasião memoráveis. Neste capítulo, o narrador descreve a satisfação do pai ao ver o sucesso do jantar: “à cabeceira, saboreava a goles extensos a alegria dos convivas, mirava-se todo nos carões alegres,

nos pratos, nas flores, deliciava-se com a familiaridade travada entre os mais distantes espíritos, influxo de um bom jantar” (*MPBC*, cap. XII). Há um sentimento de poder instalado nessa passagem, porém um poder simbólico, proporcionado pelo banquete. O narrador, na realidade, “mostra-se observador atento das dimensões simbólicas do poder, muito mais consciente dessas do que da intimidação e da violência inerentes ao seu exercício” (CHALHOUB, 2013, p. 101).

Em grande parte do relato da infância de Brás Cubas, o narrador cita o imperador francês e o compara a si mesmo. Logo em seu nascimento, Cubas escreve: “meu tio João, o antigo oficial de infantaria, achava-me um certo olhar de Bonaparte, coisa que meu pai não pôde ouvir sem náuseas” (*MPBC*, cap. X), o que evidencia, também, a posição de seu pai em relação ao governante. Mas, apesar das circunstâncias adversas, a comparação busca transmitir a ideia de importância e poder - características que o protagonista procura ter em sua vida. Ainda em outra passagem, Cubas, após relatar que ganhara um espadim novo de seu padrinho, diz: “francamente, interessava-me mais o espadim do que a queda de Bonaparte. Nunca me esqueceu esse fenômeno. Nunca mais deixei de pensar comigo que o nosso espadim é sempre maior do que a espada de Napoleão” (*MPBC*, cap. XII). A presença de Napoleão no decorrer da narrativa, portanto, pode servir como analogia ao comportamento de Brás Cubas, que busca uma posição de domínio sobre aqueles a quem se acha superior. Cubas exerce, portanto, a função a que está destinado como pessoa que usufrui dos bens e meios voltados às classes mais elevadas.

Esse estado de dominação, no entanto, é posto em xeque em certos momentos como, por exemplo, na relação de Brás com Marcela. Os dois, que se conhecem “na noite das luminárias, logo que constou a declaração da independência” (*MPBC*, cap. XV), mantém um relacionamento que dura por “quinze meses e onze contos de réis” (*MPBC*, cap. XVII). A ambientação do relacionamento de ambos, durante os momentos iniciais da independência brasileira, remete à vontade de Brás Cubas de tornar-se independente. Porém ele, adolescente na época, é dependente de Marcela, que o aceita em troca de benefícios pecuniários, como também do pai, de quem ele usurpa dinheiro. Durante o tempo junto à Marcela, Brás é dominado por ela, até que, enfim, seu pai o manda, à força, estudar na Europa.

Lá ele permanece durante quase todo o 1º Reinado e só retorna em consequência do estado terminal da mãe, já no período das Regências. É neste momento que ele acaba conhecendo Virgília. Mas é, no entanto, só depois de alguns anos, na década de 1840, que os dois se apaixonam e, segundo Zilberman, “não surpreende que Brás somente seduza Virgília (...) quando Pedro II chega ao trono, consolida-se o regime imperial e equilibra-se a política interna” (ZILBERMAN, 2012, p. 46).

Quando Brás e Virgília se separam, no início da década de 1850, ele decide voltar suas atenções para Eulália, ou Nhã-loló, com quem pretende se casar. Em setembro de 1849, no entanto, chega a Salvador um navio proveniente dos Estados Unidos, considerado a fonte de onde irrompeu uma epidemia de febre amarela no país. A partir daí, a febre alastrou-se para outras cidades portuárias, incluindo o Rio de Janeiro, em 1850. Estima-se que a febre amarela atingiu em torno de 91 mil habitantes da capital brasileira, causando aproximadamente 4.600 mortes (FERREIRA et al, 2011). Dentre as pessoas que faleceram por causa da epidemia, no escopo da narrativa, está Nhã-loló, acontecimento que frustra, novamente, os planos do casamento de Brás.

Em 1850, é sancionada a Lei Eusébio de Queiroz, imposta pela Inglaterra, que proibia o comércio de escravos para o país. A partir dessa lei, acontece o declínio da sociedade escravista, no século XIX. O processo de abolição do comércio de escravos demora para ser realizado, pois os senhores, donos de escravos, negavam sua instalação, visto que o tráfico africano servia a seus interesses e, portanto, tinha o apoio da opinião pública - ou seja, da classe dominante. Após o decreto da lei, houve o descontentamento por parte dos senhores e grande parte dele era direcionada à Inglaterra, o que se verifica no capítulo XCII, *Um homem extraordinário*, quando Damasceno, pai de Eulália, demonstra grande desprezo pelos ingleses em comentário feito a Brás Cubas: "Enjoara muito a bordo, como todos os passageiros, exceto um inglês... Que os levasse o diabo os ingleses! Isto não ficava direito sem irem todos eles barra fora" (MPBC, cap. XCII).

Os escravos também têm, em breves passagens, espaço no romance de Machado de Assis. Uma das imagens mais impactantes é, provavelmente, a cena de uma das brincadeiras maldosas de Brás Cubas, quando criança, com um menino escravo de sua casa, Prudêncio. Na brincadeira do garoto, há uma forte correlação com o poder da classe senhorial sobre os escravos e como estes sofriam na mão de seus senhores, sendo tratados como animais. Mostra, também, que o

comportamento do menino Brás, longe de representar a inocência da infância, é figurado por más intenções.

Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia - algumas vezes gemendo -, mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um - "Ai, nhonhô!" -, ao que eu retorquia: - "Cala a boca, besta!" -. (MPBC, cap. XI)

Prudêncio ainda retorna em outros momentos da narrativa. Um desses quando Brás, Sabina e Cotrim discutem a divisão de bens do testamento do falecido Cubas e entram na questão dos escravos do pai.

- (...) Podemos arranjar tudo em boa amizade, e com lisura. Por exemplo, Cotrim **não aceita os pretos**, quer só o boleeiro de papai e o Paulo...  
- O boleeiro não – acudi eu – fico com a sege e não hei de ir **comprar** outro.  
- Bem; fico com o Paulo e o Prudêncio.  
- **O Prudêncio está livre.**  
- Livre?  
- Há dois anos.  
- Livre? Como o seu pai arranjava estas coisas cá por casa, sem dar parte a ninguém!" (MPBC, cap. XLVI, grifos nossos)

Nesse trecho, revela-se a coisificação dos escravos, cuja propriedade é discutida assim como a da prataria da casa. Cotrim mostra-se surpreso com a liberdade de Prudêncio e pode-se depreender sua atitude em relação à escravatura. Quando da discussão sobre a herança, na década de 1830, a primeira lei contra o comércio de escravos havia sido instituída, mas sem resultados, pois, como dito anteriormente, o contrabando era aceito socialmente pela classe dominante, que necessitava da mão de obra escrava. Já no começo da década de 1850, a postura que se tinha sobre os escravos parece mostrar alguns sinais de diferença. No capítulo CXXIII, *O verdadeiro Cotrim*, Brás revela ao leitor a visão que tem sobre o cunhado e, dentre as qualidades e defeitos que lhe atribui, diz:

Como era muito seco de maneiras, tinha inimigos, que chegavam a acusá-lo de bárbaro. O único fato alegado neste particular era o de mandar com frequência escravos ao calabouço, donde eles desciam a escorrer sangue; mas, além de que ele só mandava os perversos e os fujões, ocorre que, tendo longamente contrabandeado em escravos, habituara-se de certo modo ao trato um pouco mais duro que esse gênero de negócio requeria, e não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem o que é **puro efeito de relações sociais**. (MPBC, cap. CXXIII, grifo nosso)

A última sentença dessa citação, na qual Brás justifica as ações de Cotrim pelo "efeito das relações sociais", mostra como o sistema escravista estava enraizado na sociedade. No entanto, se os inimigos de Cotrim o condenam pela barbárie de seus atos, isso é sinal de que as manifestações ideológicas da sociedade escravista estavam sendo confrontadas por ideias abolicionistas, salientando-se mais um vestígio do momento histórico, em que a narrativa se enquadra.

Brás Cubas morre em 1869 e em 1871 a Princesa Regente, em nome de D. Pedro II, sanciona a Lei do Ventre Livre, a qual decretava que os filhos de mulheres escravas, nascidos no Império, seriam considerados livres. No ano anterior, em dezembro de 1870, fora divulgado, ainda, o manifesto republicano. Portanto, a situação política, que prevalecera no Brasil na primeira metade do século XIX, entrava em crise.

A base do manifesto era fazer uma crítica ao regime monárquico. "Para os republicanos, no momento da independência, os interesses dinásticos precederam aos nacionais, e os ideais democráticos do povo brasileiro haviam sido desdenhados" (VISCARDI, 2012, p. 146). Dentre os integrantes do movimento republicano estavam advogados, médicos, fazendeiros e políticos, sendo a maior parte dos assinantes pertencentes à elite intelectual do Império brasileiro. Para tanto, o manifesto omitia certos aspectos e discussões que a sociedade enfrentava, como a abolição e a laicização do Estado, porque os republicanos buscavam o maior número de adeptos possíveis, não querendo excluir os membros da elite agrária, assim como os católicos e suas lideranças (VISCARDI, 2012).

Coloca-se, então, a relação da morte de Brás Cubas com o manifesto republicano e com a lei do Ventre Livre, visto que o personagem morre pouco antes de ambos acontecerem. Brás faz parte da sociedade que republicanos e abolicionistas procuravam mudar. Ele é representante da classe senhorial, e sua morte se faz "necessária" para que se instale uma nova ordem e se dê andamento à história do país, cujas mudanças se mostravam.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevante ligação entre a narrativa de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e a história mostra que a menção a fatos históricos, ainda que velada, é imprescindível para fins de análise da

narrativa. A relação da vida de Brás Cubas com os caminhos histórico e político do Brasil é muito marcante. Ele acompanha a progressão histórica do Brasil, no século XIX, desde seu período colonial até as construções de um país republicano.

Essa relação traz ainda o efeito da verossimilhança à narrativa, pois, ao colocar, como pano de fundo, momentos que ocorreram efetivamente no “mundo real”, o autor empresta, segundo Paul Ricoeur, um caráter “quase histórico” à ficção.

*O quase passado da ficção torna-se assim o detector dos possíveis escondidos no passado efetivo. O que "poderia ter acontecido" - o verossímil segundo Aristóteles - abarca tanto as potencialidades do passado "real" como os possíveis "irreais" da pura ficção. (RICOEUR, 2010, p. 327)*

Brás Cubas torna-se, dessa forma, além de personagem, sujeito histórico. Ele está inserido dentro de um contexto, mesmo que sua existência seja mera invenção. São as possibilidades de a vida do personagem ter acontecido, que o instalam como sujeito da História. Seus hábitos e comportamentos são um reflexo da sociedade carioca do século XIX, e, por essa razão, a literatura pode servir como fonte de investigação histórica. Os pormenores, que não são analisados pelo historiador, podem ser retratados por um escritor de literatura e assim delinear o panorama de uma sociedade, de uma época passada.

Machado de Assis, confrontando as ideias de alguns de seus críticos, era um sujeito engajado e ativo nos meios sociais. Sua participação ativa na sociedade brasileira pode ser observada pelas inúmeras referências em suas obras, não apenas se tratando de eventos históricos, mas também da música, dramaturgia e literatura. As marcas intertextuais em seu romance exprimem o comportamento de um sujeito extremamente inteirado e participativo do discurso social e cultural, assim como demonstram seu olhar crítico sobre os problemas e questões sociais vividos pela população a qual ele representa em sua ficção.

Com este artigo, além de mostrar o envolvimento de Machado de Assis com o contexto social, procuramos fazer uma relação entre a narrativa de *Memórias Póstumas* com as referências à história presentes no texto, com o intuito de salientar, também, a importância do estudo e ensino conjunto de história e literatura. Ambas as disciplinas, relacionando-se entre si, produzem uma



abordagem interdisciplinar que permite depreender aspectos e eventos do passado, por meio da ficção, na História, assim como significações de uma narrativa pela recuperação de seu contexto, na literatura.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014, 256p.

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Romances e contos em hipertexto – coordenação: Marta de Senna. Disponível em: <[http://www.machadodeassis.net/hiperTx\\_romances/obras/brascubas.htm](http://www.machadodeassis.net/hiperTx_romances/obras/brascubas.htm)>. Acesso em 1 de agosto de 2016.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COSTA E SILVA, Alberto da. *Crise colonial e independência: 1808-1830*, volume 1. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2011 (História do Brasil Nação: 1808-2010)

FERREIRA, Karla Vanessa et al. *Histórico da febre amarela no Brasil e a importância da vacinação anti-amarela*. Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde, v. 36, n. 1, p. 40-47, Jan./Abr. 2011.

GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta Terra, 2007.

Portal MultiRio, História do Brasil – Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil>, Acesso em 1 de agosto de 2016.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa: vol. 3 - Tempo narrado*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SARAIVA, Juracy. *O leitor e espectador nas malhas da ficção de Ressurreição, A mão e a luva e Helena*.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889)*. Tempo - Niterói, v.18, n. 32, p. 137-161, 2012.

ZILBERMAN, Regina. *Brás Cubas autor, Machado de Assis leitor*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.